



G

TRUNFOS DE UMA  
**EOGRAFIA ACTIVA**

DESENVOLVIMENTO LOCAL,  
AMBIENTE,  
ORDENAMENTO  
E TECNOLOGIA

**Norberto Santos**  
**Lúcio Cunha**

COORDENAÇÃO

## CONTOS DE UMA CIÊNCIA PERIFÉRICA: BACK, WITH A VENGEANCE<sup>1</sup>

### 1. UNIVERSIDADE E CRISE INSTITUCIONAL

A Universidade é uma instituição de grande complexidade, possuidora de um metabolismo próprio, isto é, de um conjunto de agentes inter-relacionados responsáveis pelo seu funcionamento, evolução e sobrevivência. Barata-Moura (1999) considerou-a «uma instituição social de nível superior, destinada ao cultivo dos saberes num processo de formação de humanidade». Esta definição engloba dois aspectos decisivos para um entendimento holístico desta instituição, nomeadamente, a sua natureza social, no duplo sentido de espaço de aculturação e socialização, e o seu carácter dinâmico, decorrente do entendimento processual associado à formação universitária.

Neste contexto, a Universidade pode ser entendida como uma instituição social que tem como funções a produção (investigação), reprodução (ensino) e disseminação de conhecimento, e é marcada por uma tensão constante entre duas forças antagónicas (cuja origem pode ser endógena ou exógena), imobilismo (i.e. paralisia) e dinamismo (i.e. mudança).

Há cerca de 15 anos, Santos (1994) identificou três crises interligadas que, no seu entender, iriam marcar as décadas seguintes da Universidade Portuguesa: i) hegemonia; ii) legitimidade; iii) institucional.

Hoje, é esta última que tem monopolizado os debates em torno do presente e do futuro da Universidade. Nesse sentido, considera-se que duas transformações actualmente em curso podem, de certa forma, ser vistas como espelhando algumas das tensões geradas pela crise institucional: i) Processo de Bolonha (ver Salgueiro, 2005); ii) Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

Esta breve caracterização institucional da Universidade e das dinâmicas que lhe estão associadas é importante e deve servir de fio condutor para a análise que se segue, na medida em que a Geografia Universitária Portuguesa não deve ser entendida fora dos contextos particulares em que se manifesta. Estes estabelecem os limites dentro dos quais os diferentes departamentos e centros de investigação podem delinear as suas estratégias.

---

<sup>1</sup>Agradece-se a colaboração prestada pelos professores Lúcio Cunha (Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra), João Seixas (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e António Antunes Martins (Departamento de Geociências da Universidade de Évora).

Actualmente, existem sete instituições de ensino superior onde a formação em Geografia está presente (seis públicas e uma privada)<sup>2</sup>. Com excepção da ECT-EU, onde não é ministrado o 2º ciclo/mestrado, todas oferecem formação ao nível do 1º ciclo/licenciatura e do 2º ciclo/mestrado. O 3º ciclo/doutoramento encontra-se apenas disponível no IGOT-UL, na FCSH-UNL, na FLUC e na FLUP.

Relativamente ao 1º ciclo/licenciatura, nas últimas duas décadas a maior parte das instituições existentes procedeu a reformulações mais ou menos profundas ao nível da sua organização. São particularmente relevantes as tendências para uma cada vez maior especialização e diversificação da oferta formativa. Estas mudanças procuram dar resposta às exigências do mercado. Sintomático desta necessidade foi o acentuar da existência de alternativas profissionalizantes, que não o ensino ou a investigação, e a aposta numa maior instrumentalização. A este respeito, Lúcio Cunha<sup>3</sup> assinala que a última década ficou marcada pela introdução de disciplinas de cariz mais prático, como por exemplo, as ligadas aos SIG e pela diminuição do investimento e da procura nas áreas ligadas ao ensino.

Ao nível do 2º ciclo/mestrado, a oferta é bastante diversificada, aprofundando o «esforço de especialização na preparação do capital humano», identificado por Malheiros (1999: 118). Com excepção do ICS-UM e da ECT-UE, todas as outras instituições oferecem pelo menos três áreas/domínios de especialização. Salienta-se, mais uma vez, a importância dos SIG (apenas duas instituições não oferecem uma especialização nesta área/domínio). Paralelamente, a gestão, o ordenamento e o desenvolvimento do território são também áreas/domínios privilegiadas ao nível da oferta existente a este nível.

Finalmente, ao nível do 3º ciclo/doutoramento, ministrado pelos IGOT-UL, FCSH-UNL, FLUC e FLUP, existe ainda uma grande heterogeneidade, pois a grande diversidade de áreas/domínios cobertos pelas primeiras duas instituições contrasta com uma oferta mais escassa no caso das últimas. A FLUC oferece formação de 3º ciclo em Geografia nos ramos de Geografia Física e Humana enquanto a FLUP não diferencia nenhuma área/domínio.

Salienta-se também, na perspectiva da formação contínua e ao longo da vida, o facto de algumas instituições (ex: FCSH-UNL, IGOT-UL) terem começado a ministrar recentemente cursos de curta duração vocacionados para um público mais vasto. Parece-nos ser uma das áreas em que a escassez e a irregularidade da oferta são um dos obstáculos mais fortes à sua verdadeira consolidação.

Hoje, existem quatro centros/unidades de investigação em Geografia<sup>4</sup>. A leitura dos últimos relatórios de avaliação disponibilizados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

---

2 O recentemente criado Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), que integra o Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e o Centro de Estudos Geográficos da Fundação da Universidade de Lisboa (CEG-UL), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), a sua homóloga do Porto (FLUP), o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM), a Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora (ECT-UE) e a Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes da Universidade Lusófona (FAUGA-UL).

<sup>3</sup> Entrevista, Setembro de 2009

<sup>4</sup> Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL), o Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), o Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (e-GEO) e a Unidade de Estudos e Investigação de Ciências Sociais Aplicadas (UEICSA), sediada na FAUGA-UL.

(FCT), referentes ao ano de 2007, permite-nos sublinhar os seguintes aspectos: i) qualidade geral é elevada; ii) maior número de investigadores encontra-se no e-GEO (76), seguido do CEG-UL (74), do CEGOT (55) e da UEICSA (39); iii) grande heterogeneidade ao nível das áreas/domínios de investigação. Não obstante, a investigação em torno de questões ambientais, urbanas, planeamento territorial/espacial, turismo e SIG é comum à maior parte dos centros/unidades.

Finalmente, devem referir-se dois aspectos negativos associados ao funcionamento dos centros/unidades analisados: i) acentuada endogamia dos investigadores; ii) grande irregularidade das publicações científicas neles produzidas.

### 3. UNIVERSIDADE, GEÓGRAFOS E MERCADO DE TRABALHO

A Geografia, no segmento de trabalho associado ao seu ensino (até ao nível do Ensino Superior), tem vindo a assistir a um decréscimo da sua importância relativa no mercado de emprego. Tendência que já era notada por Malheiros, mas que é agora mais evidente com a extinção das formações ao nível do 1º ciclo/licenciaturas associadas ao ensino.

Por sua vez, as universidades, que já começaram a ver sinais da diminuição da procura dos seus cursos, começam a apostar nos cursos de 2º e 3º ciclo, geralmente mais direccionados para os profissionais da área ligados à investigação ou à prestação de serviços, mas menos para o ensino da Geografia.

Apesar da procura dos cursos de 2º e 3º ciclo estar abaixo das expectativas, a procura/necessidade de formação e actualização de conhecimentos por parte de ambas as categorias profissionais mencionadas anteriormente é bastante significativa (embora mais fácil de constatar no domínio do ensino com as actividades desenvolvidas, por exemplo, pela Associação Portuguesa de Professores de Geografia (APGeo)).

Estas procuram suprir diferentes necessidades, que vão desde a mera acumulação de créditos, à procura de actualização da formação para um melhor desempenho profissional, passando pela necessidade de dominar novas técnicas ou instrumentos que se tenham entretanto tornado necessários no desempenho das suas funções. Parece-nos que a necessidade desta formação de carácter menos académico existe e é importante que seja suprida para que se continue a promover a utilidade social da geografia e o papel dos geógrafos no desenvolvimento. Talvez seja altura do Ensino Superior aumentar e diversificar este tipo de oferta formativa, adaptando-se às novas procuras ou, se este não o fizer, que existam instituições que o consigam fazer.

Relativamente à articulação entre os diferentes níveis de ensino, mais de uma década volvida, o traçado de convergência que Malheiros procurava que não fosse interrompido em benefício de «ambos os mundos» poderá não tê-lo sido, mas parece estagnado.

Quando pensamos no associativismo verificamos uma separação entre a APGeo e a Associação Portuguesa de Geógrafos (APG). Teremos massa crítica suficiente para manter estas duas associações profissionais? Não seria mais profícuo unir esforços? Não teremos aqui, mais uma vez, «velhas imagens mitificadas», mas alargadas também ao mundo dos profissionais técnicos que muitas vezes referem não procurar a APG por não responder às necessidades que sentem de aproximação à comunidade e actualização de conhecimentos?

Se para o ensino da Geografia no domínio da empregabilidade a tendência foi claramente descendente, nos «outros caminhos do geógrafo» a situação foi a contrária: este tem

vindo a ocupar cada vez mais lugares em Câmaras Municipais, Associações de Desenvolvimento Regional, ONGs, e participado na elaboração de Estudos e Planos vários. Também no sector privado, em empresas associadas ao planeamento, urbanismo, arquitectura, engenharia, entre outras, tem estado envolvido. Na verdade, como indica Lúcio Cunha, «o facto de termos hoje dois geógrafos como Secretários de Estado no Governo é o corolário do bom trabalho que tem vindo a ser realizado por dezenas e dezenas de geógrafos».

Porém, como destaca João Seixas<sup>5</sup>, os geógrafos não parecem ter ainda «um papel relevante no planeamento do território», até porque este continua a ser uma figura de segunda instância na política e na administração portuguesa. Ou seja, a (ir)relevância do trabalho dos geógrafos é influenciada por circunstâncias outras que não a qualidade da sua formação e do trabalho que desenvolvem.

Em suma, o investimento/procura nas áreas associadas ao ensino da Geografia tem sofrido um decréscimo assinalável enquanto noutras áreas/domínios tem crescido de forma sistemática e consistente.

#### 4. A CIÊNCIA GEOGRÁFICA PORTUGUESA

Para além das implicações em termos de investigação, a ruptura verificada entre Geografia Física e Humana iniciada na década de 70, significou também que a «imagem do geógrafo como integrador de diferentes saberes colocado num quadro científico que combinava matérias das ciências naturais e sociais foi-se progressivamente erodindo» (Malheiros, 1999: 122).

Na verdade, se no conjunto dos artigos publicados nas revistas de Geografia analisadas,<sup>6</sup> a relação entre a produção de Geografia Humana e a Geografia Física registou um decréscimo muito pouco acentuado, quando consideramos as comunicações apresentadas nos vários Congressos é notória uma grande irregularidade (Quadro 1).

Em 2007 observa-se o menor valor de que há registo, significando que a Geografia Física se encontra numa posição de menor subalternização face à Geografia Humana. Para além disso, a valorização das temáticas de convergência continua a aumentar, pois apesar do ambiente continuar a ser o tema integrador por excelência, as questões relacionadas com o ensino (educação geográfica, educação ambiental, educação para a cidadania), o planeamento e o ordenamento têm vindo a ganhar um cada vez maior relevo.

Salienta-se também o crescimento que a cartografia e os SIG têm vindo a sofrer, patente no aumento consistente de comunicações nesta área, não só enquanto temática de investigação por direito próprio mas também enquanto ferramenta de análise e descrição frequentemente utilizada na Geografia Física.

<sup>5</sup> Entrevista, Setembro de 2009.

<sup>6</sup> Para além da referência aos artigos e comunicações analisados por Malheiros (1999), foram analisados os últimos quatro volumes das revistas *Cadernos de Geografia* (N<sup>os</sup> 19, 20, 21/23 e 24/25), *Finisterra* (N<sup>os</sup> 82, 83, 84 e 86) e *Infogeo* (N<sup>os</sup> 15, 16/17, 18/19 e 20/21). No caso da *Finisterra*, optou-se por não incluir o n<sup>o</sup> 85 por se tratar dum número especial. Para além destas foram analisadas as revistas *Análise Social* (N<sup>os</sup> 186, 187, 188 e 189) e *Sociedade e Território* (N<sup>os</sup> 37/38, 39, 40 e 41). Para além destas publicações, foram também usadas as listas de comunicações referentes aos dois primeiros Congressos da Geografia Portuguesa (analisadas por Malheiros) bem como as comunicações referentes aos 4<sup>o</sup>, 5<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup> Congressos, cujo tratamento é da nossa autoria. Tal como no artigo original, sublinha-se o carácter exploratório deste ensaio pelo que um tratamento mais exaustivo e sistemático continua a ser necessário.

Quadro 1 – Relação entre artigos e comunicações de Geografia Física e Humana em revistas desta área científica e nos Congressos da Geografia Portuguesa

|                     | Física | Humana | Cartografia & SIG | Convergência Disciplinar | Humana/Física |
|---------------------|--------|--------|-------------------|--------------------------|---------------|
| Artigos (1992/96)   | 17     | 42     | -                 | -                        | 2,5           |
| Artigos (2000/08)   | 30     | 72     | 5                 | 14                       | 2,4           |
| 1º Congresso - 1991 | 2      | 21     | -                 | -                        | 10,5          |
| 2º Congresso - 1994 | 6      | 33     | -                 | -                        | 5,5           |
| 4º Congresso - 2001 | 2      | 26     | 8                 | 6                        | 13            |
| 5º Congresso - 2004 | 6      | 67     | 26                | 10                       | 11            |
| 6º Congresso - 2007 | 17     | 76     | 13                | 17                       | 4,5           |

37

A resposta dada pela Geografia à crescente ameaça colocada por outras disciplinas, apesar de tardia, avançou no sentido do reforço da convergência disciplinar, minimizando também a posição desvantajosa anteriormente ocupada pela Geografia Física. Na verdade, tal como refere António Martins<sup>7</sup>, o ambiente, o planeamento e o ordenamento têm-se vindo a tornar domínios cada vez mais importantes para os centros/unidades de investigação atrás analisados.

Na actualidade, a Geografia Portuguesa continua a não manifestar um reforço substancial da interdisciplinaridade, ou seja, apesar de se verificar um aumento da produção conjunta por parte de geógrafos e não geógrafos, esta ainda é bastante incipiente (Quadro 2). Observa-se também uma diminuição da percentagem de artigos produzidos por investigadores oriundos de outras áreas científicas. Isto poderá indiciar uma tendência para o progressivo encerramento da disciplina sobre si própria, fechando a porta a contributos que lhe seriam obviamente benéficos.

Destaca-se também o facto da colaboração entre geógrafos portugueses de universidade diferentes ter sofrido um aumento substancial (Quadro 2), que se deve, sobretudo, à colaboração sistemática e já consolidada de investigadores do CEG-UL e do e-GEO na área/domínio dos SIG.

Quadro 2 – Resumo da análise dos artigos produzidos nas revistas de Geografia

|  | 2000/08 | %     | 1992/96 | %   |
|--|---------|-------|---------|-----|
| Nº total de artigos  | 121     | 100,0 | 84      | 100 |
| Artigos nacionais  | 97      | 80,2  | 63      | 75  |
| Artigos estrangeiros   | 24      | 19,8  | 21      | 25  |
| Artigos produzidos conjuntamente por geógrafos e não geógrafos           | 3       | 2,5   | 1       | 1,2 |
| Artigos produzidos por geógrafos portugueses de universidades diferentes | 11      | 9,1   | 4       | 4,8 |
| Artigos conjuntos entre estrangeiros e portugueses                       | 3       | 2,5   | 1       | 1,2 |
| Artigos produzidos por investigadores de outras áreas científicas        | 8       | 6,6   | 7       | 8,3 |

<sup>7</sup> Entrevista, Setembro de 2009.

Para além disso, a Geografia continua a manifestar algum fechamento face à comunidade científica internacional. Por um lado, o aumento da produção feita em colaboração com geógrafos estrangeiros é muito reduzido, por outro, a publicação de autores estrangeiros nas revistas de geografia portuguesa analisadas sofreu um significativo decréscimo face ao período analisado por Malheiros (Quadro 2).

Como tínhamos referido, apesar dos dados anteriores indicarem um ligeiro fechamento disciplinar, quando analisamos a produção bibliográfica das revistas de Geografia é notória a maior abertura, pois são cada vez mais feitas referências a não geógrafos (Quadro 3). O que é mais surpreendente, embora não inesperado, e reforçando o argumento inicial apresentado por Malheiros, é o facto da Geografia Humana necessitar cada vez mais de recorrer ao conhecimento produzido por não geógrafos. Em contraposição, a Geografia Física, apesar de relativamente mais aberta, continua ainda bastante fundada na produção científica que é feita por geógrafos nacionais.

Quadro 3 – Relação entre a bibliografia de geógrafos (RG) e não geógrafos nacionais (RNG) citada nos artigos escritos por portugueses nas revistas de Geografia

|        | RG      |         | RNG     |         | Relação RG/RNG |         |
|--------|---------|---------|---------|---------|----------------|---------|
|        | 1992/96 | 2000/08 | 1992/96 | 2000/08 | 1992/96        | 2000/08 |
| Física | 60      | 136     | 19      | 46      | 3,2            | 3,0     |
| Humana | 144     | 393     | 97      | 494     | 1,5            | 0,8     |
| Total  | 204     | 529     | 116     | 530     | 1,8            | 1,0     |

Ao nível da incapacidade da Geografia para exportar a sua produção científica para outras áreas disciplinares, a tendência manteve-se. Não deixa de ser preocupante que numa revista «caracterizada por uma abertura disciplinar no âmbito das ciências sociais e por preocupações ao nível da reflexão teórica e da investigação aplicada em diferentes áreas» (Malheiros, 1999: 125), nenhum dos artigos da revista *Análise Social* analisados tenha sido produzido por geógrafos. Continuam assim a fazer-se sentir os dois aspectos referidos por Malheiros. Por um lado, o anteriormente referido autocentramento da Geografia e, por outro, o facto de os geógrafos continuarem a assumir uma atitude científica excessivamente empiricista, não se mostrando muito disponíveis para participar em investigações não imediatamente aplicáveis e discussões de carácter eminentemente teórico.

Paralelamente, quando analisamos uma revista mais vocacionada para as questões do planeamento territorial, sistemas urbanos e cidades, logo mais próximo da orientação científica seguida pelos geógrafos portugueses, observa-se uma maior presença de geógrafos, pois cerca de 15% dos 45 artigos analisados foram por eles produzidos.

No que diz respeito à internacionalização, destaca-se o aumento na ordem dos 200% do número de referências bibliográficas contabilizadas em artigos escritos por autores estrangeiros nas revistas de Geografia. Este acréscimo é superior na área da Geografia Humana, sendo que na área da Geografia Física o crescimento foi bastante menor (cerca de 60%) no que diz respeito às referências a autores nacionais (Quadro 4).

A projecção internacional da Geografia continua a ocorrer sobretudo ao nível do espaço europeu, existindo uma presença crescente de equipas portuguesas em projectos, congressos e outras actividades europeias.

Infelizmente, persistem os constrangimentos associados ao desenvolvimento de uma Geografia Lusófona. As relações com os PALOP continuam a manifestar alguma inconsistência bem como aquelas estabelecidas com instituições brasileiras.

Quadro 4 – Relação entre as referências bibliográficas nacionais (RN) e estrangeiras (RE) que constam nos artigos escritos por portugueses nas revistas de Geografia – 1992/1996 e 2000/2008

|                |           | RE   | RN  | Relação RN/RE |
|----------------|-----------|------|-----|---------------|
| Área de Física | 1992/1996 | 115  | 79  | 0,69          |
|                | 2000/2008 | 431  | 128 | 0,3           |
| Área de Humana | 1992/1996 | 432  | 241 | 0,56          |
|                | 2000/2008 | 1627 | 763 | 0,47          |
| Total          | 1992/1996 | 547  | 320 | 0,59          |
|                | 2000/2008 | 2202 | 891 | 0,4           |

Se é importante compreendermos as nossas relações com o exterior (outras ciências, e ao nível internacional) é essencial não esquecer a relevância das relações internas. Se observarmos o quadro 5 conseguimos perceber rapidamente que se mantém o que Malheiros (1999: 126) qualificou de «posicionamento fragmentário e localista, com um certo imperialismo lisboeta e uma tendência para um bairrismo não comprovado por parte do Porto».

Quadro 5 – Proporção de referências bibliográficas a geógrafos que trabalham no mesmo local relativamente ao total de referências a geógrafos nacionais nas revistas de Geografia – 1992/1996 e 2000/2008

|   |           | %    |
|---|-----------|------|
| Artigos de Geógrafos de Lisboa                                  | 1992/1996 | 92   |
|   | 2000/2008 | 89   |
| Artigos de Geógrafos de Coimbra                                 | 1992/1996 | 59   |
|   | 2000/2008 | 71   |
| Artigos de Geógrafos do Porto                                   | 1992/1996 | 100* |
|   | 2000/2008 | 83** |
| Artigos produzidos por Geógrafos com actividades noutros locais | 1992/1996 | 80   |
|   | 2000/2008 | 57   |

Constata-se assim que o «Arquipélago Geográfico Português» continua a ser marcado por uma relativa desarticulação interna bem como pela incapacidade de, ao nível da investigação, transcender a escala europeia de forma coerente e sistemática. Pensamos que muito do sucesso da Geografia Portuguesa da próxima década passará pela capacidade de providenciar respostas adequadas a estes desafios.

## 5. MATRIZ DE AVALIAÇÃO: CONTRASTES E CONTINUIDADES

40

| Pontos Fortes  | Pontos Fracos   | Ameaças   | Oportunidades  |
|--|---|---|--|
| <b>Ensino Universitário</b>  |   |   |  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação de base forte e consolidada</li> <li>- Capacidade científica dos docentes</li> <li>- Crescente especialização e diversificação da oferta formativa</li> <li>- Maior internacionalização dos estudantes e docentes, com particular relevância para o espaço Europeu</li> </ul>                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade pedagógica dos docentes</li> <li>- Incapacidade para a implementação consistente de estágios fora do ensino</li> <li>- Diminuição do investimento/procura nas áreas ligadas ao ensino da Geografia</li> <li>- Adiamento da especialização dos estudantes para o 2º Ciclo</li> <li>- Insuficiente promoção e desenvolvimento da formação não conducente a grau</li> <li>- Deficiências na formação técnica (sobretudo ao nível das metodologias quantitativas)</li> <li>- Fraca aposta no saber-fazer</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da concorrência de novos cursos com forte especialização técnica e vocacionados para a intervenção no território (ex: arquitectura, urbanismo)</li> <li>- Dificuldades decorrentes de um ensino convergente</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescente relevância da Cartografia &amp; SIG</li> <li>- Adopção do processo de Bolonha possibilita uma maior mobilidade dos estudantes</li> <li>- Novos Curricula/ Modelos/ Planos curriculares fomentam a preparação do aluno, orientando-o ao invés de o formatar, de forma a incrementar o seu espírito crítico e a lidar com a ambiguidade e a incerteza</li> </ul>                                  |
| <b>Investigação em Geografia</b>   |   |   |  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualidade dos centros/unidades de investigação é elevada</li> <li>- Bom nível de internacionalização, nomeadamente no espaço Europeu</li> <li>- Crescimento da convergência disciplinar</li> <li>- Diversidade de domínios temáticos tratados face aos recursos (humanos e não só) disponíveis</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Posicionamento semi-periférico no contexto das ciências</li> <li>- Relativa incapacidade de articulação regional interna</li> <li>- Estrangulamento nas vertentes de internacionalização viradas para os países lusófonos (e não só...)</li> <li>- Irregularidade das publicações científicas produzidas</li> <li>- Endogamia dos investigadores</li> <li>- Reduzida interdisciplinaridade</li> <li>- Excessivo empiricismo</li> <li>- Níveis de produtividade, sua qualidade e grau de internacionalização</li> <li>- Articulação tardia e deficitária entre ensino e investigação</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Risco de substituição no papel de charneira que outrora coube à Geografia</li> <li>- Capacidade/vontade de trabalhar em equipa e de concretização</li> <li>- Escassez de uma visão global sobre o que se pretende para o futuro (de preferência mensurável)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- «Spatial turn» nas ciências e na sociedade coloca o espaço geográfico no centro das atenções</li> <li>- Desordenamento do território necessita de soluções para as quais o contributo científico da Geografia é indispensável</li> <li>- Abertura de canais de contacto com os outros países do espaço lusófono</li> <li>- Ferramentas, meios e ambientes que facilitam produção e comunicação</li> </ul> |

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barata-Moura, J. 1999, 'Pensar e fazer Universidade' [Online]. Disponível em <http://cie.fc.ul.pt/seminarioscie/universidade/jbmoura.htm>
- Malheiros, J. 1999, 'Contos de uma ciência periférica: Inovação, internacionalização e indisciplina(ridade) na geografia portuguesa', *Inforgeo*, 12/13, pp. 117-130.
- Salgueiro, T. B. 2005, 'A Geografia Universitária em Época de *Benchmarking*, *Finisterra*, XL, 79, pp. 137-150.
- Santos, B. S. 1994, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Afrontamento, Porto.